



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA (17ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos três dias do mês de junho do ano dois mil e dezanove, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Sétima (17ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 29 de maio de 2019. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Fábio de Jesus Mota (05), Geraldo Vicente Bertanha (06), Gérson Luiz Rossi Júnior (07), Jorge Setoguchi (08), Luís Roberto Tavares (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler de Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

106, da citada Resolução, convidou o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a ata da Décima Quinta (15ª) sessão ordinária, realizada em 20 de maio de 2019, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 55, de 2019, de autoria do Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães, “instituinto a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, no âmbito do Município de Mogi Mirim, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Resolução nº 03, de 2019, de autoria da Mesa da Câmara de Mogi Mirim, “declarando extinção de mandato e vacância do cargo de vereador e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 333/2019 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO Nº 1153/2018, SOLICITANDO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA, A MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE TRÂNSITO NA RUA PAULO PEREIRA DAS CHAGAS, PARQUE REAL II, MOGI-MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES; Requerimento Nº 334/2019 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO Nº 1154/2018, SOLICITANDO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A CENTRAL DE FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA DE MOGI-MIRIM, PARA QUE SEJA REALIZADA FISCALIZAÇÃO DE



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

TERRENO BALDIO NA RUA ROMEU ALBANI, AO LADO DO Nº 135, PARQUE REAL, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES; Requerimento Nº 335/2019 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO Nº 1188/2018, SOLICITANDO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA, PARA QUE SEJA REALIZADA A PINTURA DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL DE TRÂNSITO NO BAIRRO MARIA BONATI BORDIGNON, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES; Requerimento Nº 336/2019 - Assunto: : REITERO INDICAÇÃO Nº 1214/2018, SOLICITANDO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO, PROVIDÊNCIAS URGENTES PARA RETIRADA DOS ENTULHOS E GALHOS ESPALHADOS NOS BAIROS JARDIM MARIA BEATRIZ, JARDIM MARIA BONATI BORDIGNON, JARDIM PARQUE REAL 1 E 2, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES; Requerimento Nº 337/2019 - Assunto: REITERO INDICAÇÃO Nº 1218/2018, SOLICITANDO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO, JUNTO A CENTRAL DE FISCALIZAÇÃO DA PREFEITURA DE MOGI-MIRIM, PARA QUE SEJA REALIZADA FISCALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO ABANDONADA, NA RUA BENEDITO PENAFORTE GONÇALVEZ, AO LADO DO Nº 245, MARIA BEATRIZ, MOGI MIRIM. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES; Requerimento Nº 338/2019 - Assunto: REQUER AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, INFORMAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS), NA ZONA NORTE DA CIDADE Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES; Requerimento Nº 339/2019 - Assunto: REQUEIRO AO SR.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, INFORMAÇÕES DO PROCESSO DE MANUTENÇÃO EM PONTE LOCALIZADA NA ESTRADA MUNICIPAL RURAL DOS FRANCOS II (MMR-215). Autoria: JORGE SETOGUCHI; Requerimento Nº 340/2019 - Assunto: Requer ao Exmo Sr. Prefeito Municipal Arquiteto Carlos Nelson Bueno que, através da Secretaria competente encaminhe proposta detalhada que foi apresentada para os moradores em Área de Preservação Permanente - APP para a devida desocupação. Autoria: ALEXANDRE CINTRA; Requerimento Nº 341/2019 - Assunto: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito de Mogi Mirim Carlos Nelson Bueno, informações quanto a possibilidade de realizar campanha de conscientização referente às queimadas, bem como intensificar a fiscalização, de acordo com a lei. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES; Requerimento Nº 343/2019 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 143/2019 QUE SOLICITAVA A REALIZAÇÃO DE LIMPEZA NAS MARGENS DA AVENIDA VEREADOR ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, NO PARQUE DO ESTADO II. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES; Requerimento Nº 344/2019 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 15/2019 QUE SOLICITAVA A REALIZAÇÃO DE LIMPEZA NA PARTE SEM PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA VEREADOR ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, NO PARQUE DO ESTADO II. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES; Requerimento Nº 345/2019 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 231/2017 QUE SOLICITAVA A REALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE VELOCIDADE MÁXIMA PERMITIDA NA RUA DO TUCURA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES; Requerimento Nº 346/2019 - Assunto: REQUER-SE AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, ATRAVÉS DE SUA SECRETARIA COMPETENTE, INFORMAÇÕES QUANTO A POSSIBILIDADE DE LIBERAÇÃO DE ACESSO PELA RUA PROFA. NEIDE GONÇALVES MIACHON, NO MURAYAMA I. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento Nº 347/2019 - Assunto: Requer ao Exmo. Prefeito Carlos Nelson Bueno, estudos para melhorar a proposta financeira feita para as famílias relacionadas aos seus imóveis localizados no Parque das Laranjeiras, que em que pese estejam em área de APP (Área de Preservação Permanente) o Município se omitiu na fiscalização permitindo tal assentamento. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA, MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS, MARCOS ANTONIO FRANCO, MOACIR GENUARIO; Requerimento Nº 348/2019 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 653/2017 QUE SOLICITAVA A REALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE RAMPAS DE ACESSO PARA CADEIRANTES EM FRENTE AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES; Requerimento Nº 349/2019 - Assunto: Requer ao Exmo. Prefeito Carlos Nelson Bueno, por intermédio da secretaria competente, realização de estudos para a viabilização da construção de casas populares destinadas a população de baixa renda no Município de Mogi Mirim e nos encaminhe a resposta fundamentada da viabilidade ou não da proposta, tendo em vista a demanda de milhares de famílias necessitadas. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA, MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS, MARCOS ANTONIO FRANCO, MOACIR GENUARIO; Requerimento Nº 350/2019 - Assunto: Requeiro que officie o Senhor Prefeito Municipal Arquiteto Carlos Nelson Bueno, que se inclua no rol de isenção de impostos e taxas municipais estabelecido na LEI Nº 1.431, de 23 de dezembro de 1983 as Cooperativas de Trabalho instituídas na cidade. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR; Requerimento Nº 351/2019 - Assunto: REQUER ALTERAÇÃO DE DATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA APROVADO ATRAVÉS DO REQUERIMENTO 315/2019 PARA TRATAR DA LEI ORDINÁRIA Nº 5935 QUE "INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM O DIA MUNICIPAL DA CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA". Autoria: GERSON LUIZ



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ROSSI JUNIOR; Requerimento Nº 352/2019 - Assunto: REQUER HOMENAGEM AO MESTRE REIS DO JIU-JITSU, ÍCONE DO ESPORTE NA NOSSA REGIÃO, ÚNICO FAIXA CORAL DA BAIXA MOGIANA. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR; Requerimento Nº 353/2019 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO Nº 122/2019 QUE SOLICITA AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, QUE ATRAVÉS DE SUA SECRETÁRIA COMPETENTE, REALIZE SERVIÇOS E OBRAS DE “TAPA BURACOS OU RECAPEAMENTOS” EM TODA EXTENSÃO DO BAIRRO “CHÁCARAS YPÊ”, DIANTE DE INÚMERAS RECLAMAÇÕES FEITAS PELOS MUNICÍPIES E MORADORES DA REGIÃO. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Requerimento Nº 354/2019 - Assunto: REQUEIRO INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDENCIAS EM RELAÇÃO A REVITALIZAÇÃO DO CEMITERIO MUNICIPAL COMO MEDIDAS DE PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO, RELIGIOSO E CULTURAL DE NOSSA CIDADE. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR; Requerimento Nº 355/2019 - Assunto: REQUEIRO AO EXMO SR. PREFEITO MUNICIPAL ARQUITETO CARLOS NELSON BUENO EM ESPECIAL A SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE INFORMAÇÕES SOBRE A IMEDIATA OCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (APP) DO PARQUE DAS LARANJEIRAS, COM O PLANTIO DE ARVORES E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS COMPATÍVEIS COM O MEIO AMBIENTE. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 544/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, PODA DE ÁRVORES NA RUA JUVENAL TOLEDO, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM MARIA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

BEATRIZ. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 546/2019 - Assunto: Solicito ao Senhor Prefeito Municipal, junto a Secretaria competente, limpeza dos bueiros localizados na Rua João Teodoro com a Rua Conde de Parnaíba– Centro.

Autoria: FABIO DE JESUS MOTA. Indicação Nº 547/2019 - Assunto: INDICA-SE AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE FOGOS DE ARTIFÍCIO COM ESTAMPIDO

Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 548/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO MANUTENÇÃO NA RUA ANILTON SILVA NO PARQUE DAS LARANJEIRAS. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 549/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO MANUTENÇÃO EM TAMPA DE BUEIRO LOCALIZADO NA RUA FRANCISCO FERRETTI NO PARQUE DAS LARANJEIRAS. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 550/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO MANUTENÇÃO EM BUEIRO LOCALIZADO NA RUA VEREADOR ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA, NO PARQUE DO ESTADO II. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 552/2019 - Assunto: INDICO AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, AQUISIÇÃO DE UM APARELHO DE HEMOGRAMA PARA O BEM ESTAR ANIMAL. Aatoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 553/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO MANUTENÇÃO NA RUA JOSÉ FELÍCIO NO PARQUE DAS LARANJEIRAS. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 554/2019 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente ações sistemáticas de fiscalização, providencias e outras ações, para coibir o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

descarte irregular na Estrada rural do Aeroporto. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 555/2019 - Assunto: SOLICITA AO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, QUE ATRAVÉS DE SUA SECRETÁRIA COMPETENTE PARA VIABILIZAR A ABERTURA DE VIA DE ACESSO À RUA PROFA. NEIDE GONÇALVES MIACHON, (MURAYAMA I) NO SENTIDO DA AVENIDA JUSCELINO KUBITSCHK. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 556/2019 - Assunto: Indico ao Ilustríssimo Sr. Prefeito Arquiteto Calos Nelson Bueno, para que realize a Poda das Arvores na Rua Basílio Zorzetto, 55 no Jardim Flamboyant, em frente ao Lar Aninha. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. Indicação Nº 557/2019 - Assunto: Indico ao Ilustríssimo Sr. Prefeito Arquiteto Calos Nelson Bueno, para que realize a implantação de demarcação de solo para estacionamento rápido para embarque e desembarque de alunos, na Rua Basílio Zorzetto, 55 no Jardim Flamboyant, em frente ao Lar Aninha. Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 124/2019 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS À TODOS OS NOVOS MEMBROS DA DIRETORIA DO CONSEG, BEM COMO AOS ANTERIORES QUE REALIZARAM UM BRILHANTE TRABALHO À FRENTE DO CONSELHO. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Moção Nº 125/2019 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AOS ORGANIZADORES/RESPONSÁVEIS E À TODOS OS ENVOLVIDOS NA “REMADA DO BEM”, QUE CONTOU COM SUA SEGUNDA EDIÇÃO, NO ÚLTIMO DIA 26. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Moção Nº 126/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DA SENHORA ROSA MARIA TOZINI, OCORRIDO DIA 26 DE MAIO DE 2019. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 127/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO DA SENHORA ANA CLAUDA BARBOSA DE CAMPOS BENTO, OCORRIDO DIA 30 DE MAIO DE 2019. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 128/2019 - Assunto: MOÇÃO HONROSA DE APLAUSOS AO EX-DIRETOR DESTA CASA DE LEIS E DOUTOR EM DIREITO, JORNALISTA, MESTRE EM DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO DO ESTADO E PROCURADOR DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO APOSENTADO, O ILUSTRE DOUTOR JOÃO HONÓRIO DE SOUZA FRANCO PELO LANÇAMENTO DE SEU LIVRO: INDENIZAÇÃO DO ERRO JUDICIÁRIO E PRISÃO INDEVIDA. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 129/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR, COM UM MINUTO DE SILÊNCIO PELO FALECIMENTO NOBRE EDIL LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE “CHUPETA”, OCORRIDO DIA 28 DE MAIO DE 2019. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 131/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA MICHELE CARINA ROSA DO PRADO, OCORRIDO NO DIA 25 DE MAIO DE 2019. Autoria: ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES. Moção Nº 132/2019 - Assunto: MOÇÃO HONROSA DE APLAUSOS A SECRETARIA DE AGRICULTURA E DIRETORIA REGIONAL DE ENSINO DE MOGI MIRIM PELA INICIATIVA DA EXPOSIÇÃO ITINERANTE: “ARTE EM MOVIMENTO” QUE CONTA A HISTÓRIA DA CIDADE DE MOGI MIRIM, DENTRO DAS COMEMORAÇÕES DOS 250 ANOS. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Moção Nº 133/2019 - Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos ao time do Aparecidinha Futebol Clube, pela conquista do título da Copa Rural 2019, “Copa Guilherme Dovigo”. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA, MOACIR GENUARIO. Moção Nº 134/2019 - Assunto: Moção de Congratulações e Aplausos ao time do Piteiras Futebol Clube, pela conquista do título da Copa Rural Aspirante 2019, “Copa Guilherme Dovigo”. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA, MOACIR



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

GENUARIO. Moção Nº 135/2019 - Assunto: VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AOS ALUNOS DA EMEB “HUMBERTO BRASI”, DIPLOMADOS DESTAQUES E SUPERAÇÃO NO 1º BIMESTRE DE 2019 Aatoria: CRISTIANO GAIOTO. Moção Nº 136/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR MARCOS ANTONIO PERES DO AMARAL, OCORRIDO DIA 25 DE MAIO DE 2019. Aatoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 137/2019 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AOS SENHORES WELLINGTON FERREIRA - PRESIDENTE DA SICREDI, SENHOR ROGÉRIO MACHADO - DIRETOR EXECUTIVO DA SICREDI E A SENHORA JANAINA FERREIRA FAZIONI GOMEZ – GERENTE ADMINISTRATIVA DA AGÊNCIA DE MOGI MIRIM, PELA REINAUGURAÇÃO DA AGÊNCIA SICREDI – 22 DE OUTUBRO, NA NOITE DO ÚLTIMO DIA 30 DE MAIO. Aatoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 833, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, datados de 27, 28 de maio de 2019, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, José Augusto Francisco Urbini, respectivamente, respondendo a respeito do Requerimento nº 115/2019; Requerimento nº 397/2018; Indicação nº 619/2018; Indicação nº 971/2018; Indicação nº 1116/2018; Indicação nº 1290/2018; Indicação nº 1292/2018; Requerimento nº 466/2018; Indicação nº 1245/2018; Requerimento nº 260/2019; Indicação nº 446/2019; Requerimento nº 287/2019; Indicação nº 496/2019; Requerimento nº 264/2019; Indicação nº 355/2019; Indicação nº 356/2019; Indicação nº 389/2019; Indicação nº 443/2019; Indicação nº 445/2019; Indicação nº 0051/2019; Indicação nº 217/2019; Indicação nº 294/2019; Indicação nº 297/2019; Indicação nº 299/2019; Indicação nº 300/2019; Indicação nº 304/2019; Indicação nº 315/2019;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Requerimento nº 273/2019, desta Edilidade; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados). Não havendo mais proposições, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário e sendo o Expediente reduzido, conforme artigo 211, do Regimento Interno, o Sr. Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de orador regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou para que adentrasse ao Plenário o Senhor *Jacinto Cardoso*, o qual versou acerca da construção do hospital municipal público, cujo discurso foi gravado em formato digital, à disposição nos arquivos da casa por trinta dias. Para a “Tribuna Livre”, o Sr. Presidente da Câmara suspendeu a Sessão às 19h07, para reabri-la, posteriormente, às 19h20. Ato contínuo, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 19h20, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **ITEM ÚNICO: “ex-vi” do disposto nos Artigos 208, § 7º e 211 do Regimento Interno: EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:**

1. Projeto de Lei nº 29, de 2019, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre acréscimo de anexos à Lei Municipal nº 5.962, de 30 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Mogi Mirim, para o período de 2018 a 2021, e dando outras providências”. Parecer da comissão de Finanças e Orçamento. Fez uso da palavra, Questão de Ordem, o Vereador Tiago César Costa, para requerer, “ex-vi” do disposto no Artigo 155, VI, combinado com o Artigo 183, §2º, do RI, Votação Nominal, para o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 29/2019, o que foi submetido a votação, pelo Presidente da Câmara, e aprovado, unanimemente, pela Casa. Com a palavra cedida, na ordem de inscrição, Vereador Tiago César Costa: “Senhor presidente, boa noite, nobres colegas vereadores, vereadoras, público presente, imprensa e internautas. Este projeto de lei, se encontra nesta Casa de Leis, para ser votado, com intuito de inserir, no PPA – Plano Plurianual, a construção de um hospital municipal. No município há três leis orçamentárias: 1. O PPA, conhecido, e querem modifica-lo; 2. A LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 3. A LOA – Lei do Orçamento Anual. Estamos com o PPA, em mão, e essa é a LOMM – Lei Orgânica do Município de Mogi Mirim, conhecida, como Constituição Municipal, assim podendo se dizer. No seu Artigo 137, inciso 2º, consta: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: II – o plano plurianual”, e em seu parágrafo 2º, consta: “A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá metas para cada setor da administração, contemplando as necessidades locais, as diretrizes, objetivos, incentivos fiscais e metas do governo municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como, as relativas aos programas de duração continuada”. Isto é o plano plurianual, o que está aqui, neste momento, para discutirmos e votarmos. O parágrafo 4º, deste Artigo 137, de nossa constituição municipal, regulamentando todo Poder Legislativo, o Poder Executivo, e todas as diretrizes para o município de Mogi Mirim, chamando atenção, porque nele consta: “§ 4º - Os instrumentos de planejamento municipal deverão ser elaborados de forma clara e em linguagem simples, de maneira a possibilitar seu amplo debate pelos cidadãos”. E o prazo para ser apresentado o PPA, que está aqui, hoje, faltando um ano e meio para o término do mandato, do atual Prefeito Carlos Nelson Bueno, está no “Artigo 139 § 4º - Os projetos de lei das Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual e do Orçamento Anual serão enviados pelo Prefeito à Câmara Municipal, respectivamente, nos seguintes prazos: inciso II – plano plurianual, até dia trinta e um de agosto do



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

primeiro ano do mandato”, do Prefeito Carlos Nelson Bueno. Estamos para mais da metade de seu mandato. Carlos Nelson Bueno já sabia, não é algo novo, como ouvi aqui, em algumas reuniões, como: “aconteceu um fato novo, com a Santa Casa, Carlos Nelson não sabia, por isso quer mudar o PPA”. Mentira! Desde o primeiro mandato de Carlos Nelson Bueno, ele sabia da guerra com a Santa Casa, ele mesmo declarou guerra contra a Santa Casa, estou mentindo? Quem entrevistou, em 2012? Foi Carlos Nelson Bueno, e como isto é fato novo?! Não há fato novo, para mudar o PPA, se Carlos Nelson planejasse um hospital municipal, faria a lei e a mandaria para nossa Casa, até o dia 31 de agosto, assim como que está determinado em nossa constituição municipal, ele planejaria e discutiria com a sociedade, sobre investir 100 milhões de reais, para equipar um hospital completo, atendendo à população de Mogi Mirim. Mas ele não fez isso, pelo contrário, colocou Milton Bonatti, na Santa Casa, os dois pescavam juntos, porque eram amigos, e se continuasse Josué Lolli e Dilson Guarnieri ele não ajudaria a Santa Casa, e eu ouvi isso, na CPI, tenho documentado e gravado. Colocou-se Milton Bonatti, porque, até então, Carlos Nelson era seu amigo, pegava-se Milton Bonatti, colocava-o no colo, levando-o para Brasília, para conversarem e liberarem empréstimos para a Santa Casa, para a salvarem, e coitado de Milton Bonatti, que acreditou, porque, na primeira oportunidade de Carlos Nelson, este “puxou o tapete” de Milton e virou as costas para a Santa Casa. Conseguiram 13 milhões, em empréstimos, o dinheiro sumiu, o que acabou mudando tudo lá dentro, e a guerra foi instalada, isso não é de agora, como disse, isso vem desde 2012, com a intervenção. Falo sobre isso para que vocês entendam o contexto de um prefeito, que não tem planejamento e já está “fechando a lojinha”, até Mogi Guaçu o quer, então vá planejar para eles, meu amigo! Aqui, chega! Não planejou nada para Mogi Mirim e quer, agora, mudar o PPA, para quê? Para começar um elefante branco e o povo pagar?! Olhem a arrecadação de Mogi Mirim, na prestação de contas, para verem se estou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

falando besteira, tributo municipal e ISS subindo mais de 100% em arrecadação, alguma coisa está errada, IPTU também, altíssimo, estou com o percentual aqui. O prefeito quer pegar o pano plurianual e modificá-lo. Agora?! Um gestor que diz conhecer tanto a gestão pública, que controla Mogi Mirim há 12 anos, e não sabia que a saúde estava um caos? Ele não sabia da situação das UBSs, que estão caindo aos pedaços, e nenhuma com alvará de corpo de bombeiro? Agora, vão empresários e prestadores de serviços não receber o Ato de Verificação do Corpo dos Bombeiros – AVCB para ver o que acontece. Amanhã, o comércio está fechado, persegue-se o mercadinho de um lá, fecha-se a porta, acaba-se com o emprego, não traz uma indústria sequer, para Mogi Mirim, pega os fiscais e sangra o comerciante, o empresário, o industriário. Diz: “aumentem o IPTU do povo, o povo que se dane, devo para o SAAE, não pago e parcelo, em 1000 vezes. Troquem o hidrômetro desse povo, porque preciso arrecadar, vamos”. Isso tudo, para pagar o elefante branco, estou falando isso, porque um prefeito que planeja uma cidade, senhores, no seu primeiro mandato, ele se senta na cadeira e sabe o que o cidadão de Mogi Mirim precisa. Se há a necessidade de um hospital, é planejada a construção dele, se fosse uma PPP – parceria público privada, eu até poderia aprovar, porque é dinheiro privado, que entrará, coloca-se o dinheiro privado e levanta, em um mês. Vejam o exemplo da Havan. É dinheiro privado, agora, o meu dinheiro e o seu, é dinheiro público, e não sai do chão, vemos pelo puxadinho da UPA, faz 6 meses que começaram a reforma e não terminam, e o prefeito quer começar a construir um “elefante branco” do zero. Manobra eleitoreira, puramente eleitoreira, como o “tiro saiu pela culatra”, ele diz: “sou candidato à reeleição”. Isso foi dito por ele, no jornal, quando a crise veio, ele disse: “sou candidato a reeleição e, de repente, lancei um hospital municipal, cravei a plaquinha (que inclusive, está lá até agora, a que tiramos e colocamos) e, agora, eu quero que seja assim”. Como a repercussão foi negativa, a enquete do jornal A Comarca, negativa, enquetes de vereadores, negativas, população



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mobilizada, todo mundo contra, a maioria contra, o que aconteceu? “Ah não, quero ir para Mogi Guaçu, Mogi Mirim não dá mais”. Então vá planejar agora, para Mogi Guaçu, e não ficaremos com o “pepino”, que Mogi Guaçu ficou, 33 milhões de reais, em dívidas, por ano. A Santa Casa de Mogi Guaçu pecando, também, com dificuldades, e Mogi Mirim lança um programa de “cirurgia zero”, para zerar as filas de cirurgias. Mentira! Demanda de 1500, enganou o povo, disseram que até dezembro de 2018 zerariam as filas de cirurgia, e 4 milhões de reais entrariam lá. Dá para confiar em um gestor como esse? Querendo mudar o PPA, faltando um ano para acabar seu mandato, enquanto deveria mandar e estudar sobre a cidade, modificando as necessidades da população mogimiriana, em seu primeiro ano, até dia 31 de agosto de 2018. Desculpem a extensão, mas é importante trazer isso à memória. Deixe para nós, vereadores, planejar o que é melhor para o povo de Mogi Mirim, já ficou 12 anos aqui e não fez nada, chega! Vamos nós, planejarmos, em 2020, o que é melhor para a população de Mogi Mirim, um hospital municipal, via PPP – parceria público privada, que não sangre o bolso do mogimiriano, para pagar, com o aumento de IPTU, de imposto e fiscal, “na sua cola”, enquanto prédios públicos estão caindo aos pedaços. Deixe para nós, prefeito, “feche a casinha” e vá para Mogi Guaçu. Obrigado, senhor presidente”. Com a palavra, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros: “Senhor presidente, senhora vereadora, senhores vereadores, público aqui presente e imprensa. Este é o cenário das discussões, chamado Câmara Municipal. É aqui, senhores vereadores, aqui está a legitimidade da cidade, e o prefeito não tem a legitimidade total da cidade, pois ele foi eleito com 37%, ou 38% da população, mas aqui sim, 100% da população elegeram 17 vereadores. Somos nós que resolvemos, somos nós que decidimos, quem conhece Carlos Nelson Bueno, como eu conheço, sabe como decidir, e ele pensa sobre política 24 horas, por dia, mas não pensa no povo, porque esteve 8 anos nesta cidade, como gestor público, e deverá completar seus 12 anos. Ele nunca deu atenção à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atenção básica, nunca, e suponho, que nunca deva ter ido a um postinho, a prevenção passa longe, a qualidade de vida à população passa longe. O que a população quer, neste momento difícil da situação brasileira, é emprego e o prefeito não trouxe um sequer, nem casas populares, não fez um programa de interesse social, critica o vizinho Walter Caveanha, pela quantidade de programas sociais, que há, em Mogi Guaçu, e a cidade, para Carlos Nelson, é elite, conheço o bem, a cidade, para ele, são os condomínios fechados, os loteamentos, que agora podemos discorrer, com mais tranquilidade, porque, quando começamos a falar, ele trouxe o assunto do hospital municipal, tentando desviar a atenção dos vereadores, mas não conseguiu. Estivemos com a promotora, a cidade de Mogi Mirim precisa da Santa Casa, senhores vereadores, ela está caminhando, apesar de termos nos decepcionado com a Secretária de Saúde, nesta Casa, quando ela disse, que apenas 150 cirurgias eletivas foram feitas até hoje. Que categoria, que profissionalismo tem uma Secretária de Educação que diz, que não conseguiu fazer nem 10% do que o prefeito trouxe à população, dizendo, que havia 4 milhões para fazer 1.500 cirurgias. Mentira! Não é capaz, porque ela deve estruturar a Santa Casa e não são capazes de fazer isso, vai, empurrada, porque tem que se “virar nos 30”, para fazer alguma coisa, e terminará com a Santa Casa, sim, senhor, porque tenho certeza, que esta Casa não decepcionará. Melhore as UBSs, melhore a atenção básica! A evolução das receitas, do ISSQN, de 2018, o total acumulado é de 5.588 reais, em 2019, são 13 milhões e meio, auditores, nas portas, fiscalizando. Com esse dinheiro, por que não melhorar as UBSs? Não precisa buscar dinheiro, financiar 17 milhões, há dinheiro, porque houve um crescimento de 24%, isso apenas nas receitas, e quem esteve aqui, na audiência do balancete, sabe e tenho certeza que esta Casa não decepcionará. Melhore, senhor prefeito, as creches, melhore as UBSs, previna a atenção básica, os programas de saúde da família, pois é isso que nós queremos, depois pensaremos em hospital regional, sim. O governador João Dória autorizou, agora, com o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

prefeito de Barueri, um hospital regional. Carapicuíba dá os equipamentos, Osasco, os funcionários, Barueri o terreno e construção, isso são parcerias, tudo, o que Prefeito Carlos Nelson não faz, que é conversar, com os vizinhos. Por que não conversa sobre aterro sanitário? Até sobre transporte deveríamos conversar, mas o ego e a pose são imensos. Senhores vereadores, a população pede a manutenção da Santa Casa de Misericórdia, não podemos decepcionar a população, que acompanha o comportamento de cada vereador e sua atitude, hoje, aqui, a cidade toda está acompanhando, porque insisto, os impostos subirão no lombo do povo. Telespectadores, ele quer aumentar mais o IPTU, ele quer aumentar mais a água, o esgoto, e como bancaremos a manutenção de um hospital municipal? Com o quê? Um homem, que tem quase um ano para deixar a cidade de Mogi Mirim, se Deus quiser, e se candidatará a prefeito, em Mogi Guaçu, será prefeito, mas não é o que eu ouço, ele não está liderando nada, ele não pode viver, sem a vida pública. Portanto, senhores vereadores, eu insisto, o cenário é aqui, a discussão é aqui, somos os representantes legítimos da população, entendo que este momento, no momento da situação brasileira, pede uma reflexão maior e um outro modo de pensar, regional, estadual, de alguma forma, mas não agora. Vejo e sinto, que faremos o melhor agora, tenho certeza. Muito obrigada, senhor presidente”. Com a palavra, Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior: “Boa noite, senhor presidente, membros da Mesa, nobres vereadores, imprensa e munícipes. Recordo-me de outros momentos, em outra legislatura, da qual eu participei, com discussões acaloradas envolvendo toda sociedade mogimiriana, todos se recordarão do Centro de Ressocialização – CR e da usina termoelétrica. Minha posição, naquela época, foi uma, e a cidade discutiu bastante sobre os dois assuntos, a democracia é isto: quando o assunto é abrangente, a população discute, vem e participa. Hoje fazemos nosso papel, em mais um momento histórico da nossa Câmara, da administração municipal, que trouxe uma ideia, não há nada de irregular, de estranho, o Poder Público



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Municipal Executivo trazer ideias e discussões, para que nós, como representantes do povo, possamos discutir e deliberar sobre o assunto. Gostaria de ler para vocês um trecho de uma justificativa, da cidade de Atibaia, o qual já citei, em audiência pública, com os seguintes dizeres, pularei alguns trechos, para não ficar extenso: “a prefeitura da instância de Atibaia, desde 2001, realiza atendimento público hospitalar de baixa e média complexidade, através de intervenção, na modalidade de requisição, no Hospital e maternidade São José, mantido pela irmandade de Atibaia, visando a manutenção de assistência médica hospitalar, conforme decreto, de 2007. Em 2008 foi declarada utilidade pública, para fins de desapropriação, ocorre, que a deferida desapropriação de imóvel visava lograr uma solução derradeira, para o serviço de atendimento público hospitalar municipal, que era realizado, através da intervenção, em momento, em que o Poder Executivo Municipal celebrou um TAC – Termo de Ajuste de Conduta, perante o Ministério Público à 3ª promotoria daquela comarca. Face a complexidade do tema, as circunstâncias, ao longo do tempo, e as possibilidades de desfecho da questão, a matéria foi judicializada, com ampla discussão sobre as razões expostas. Durante esse período, a Prefeitura da Estância de Atibaia buscou, em concordância com suas prerrogativas e personalidades, manter o serviço de atendimento público hospitalar municipal, para a população de Atibaia, mesmo diante das limitações e condições desfavoráveis do imóvel do hospital e maternidade São José - Santa Casa, pois trata-se de uma edificação antiga, com adaptações, que necessita de revisão estrutural e não suportaria eventual ampliação, por sua limitação física”. Isto é Atibaia, justamente, é uma outra cidade, uma outra realidade, lendo isso, destaco algumas questões: a intervenção começou, em 2001, o decreto foi, em 2007, a ação rolou, em 2008, enfim, foram praticamente 20 anos de discussões, naquela cidade, para, hoje, Atibaia lançar um edital para a construção de um hospital municipal e, aqui diz: “face a complexidade do tema”. Nem eu, nem ninguém dos vereadores, nem o prefeito, e quem está aqui, ninguém é



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dono da verdade, da razão, porque não sabemos a complexidade do tema, que, por sinal, é enorme. Vimos aqui, Doutor Benedito explicando, explanando seu pensamento, sua posição, vimos, em um debate, através de audiência pública, todas essas questões sobre o hospital, até dúvidas do próprio poder público, referente ao que fazer e onde começar o hospital, por conta disso tudo, é complexo. Acredito, que todos nós não saibamos direito, ou não temos a total convicção do que é correto e do que fazer, porque estamos envolvidos com muitas discussões judiciais, Ministério Público, temos uma intervenção judicial, que não interviu, na Irmandade, somente nos serviços, juridicamente, isso é estranho, porque não cria um problema futuro, porque a prefeitura apenas administra os serviços, então, temos que decidir e esse é o momento. O PPA define os valores, tanto de recursos próprios, como de recurso vinculado, acredito, que essa definição de valores também seja algo previsível, porque não há um plano diretor. Na audiência pública, aliás, nas duas, que tivemos, falei sobre a necessidade do plano diretor, como a primeira necessidade, em discutir um plano, onde nós, técnicos contratados, população, vereadores, pudéssemos participar e soubéssemos o ponto de partida e o destino final. Acredito, pelo menos, neste final de semana, vi a nota explicativa da Santa Casa e entendo, que ela busca alguma alternativa, para a ala particular e convênio, através de uma exploração comercial, que é natural e possível, dentro de uma entidade como a Santa Casa, que sempre viveu de convênios, aliás, toda história da Santa Casa vinha de um convênio, com a UNIMED, que cobria as despesas do SUS, essa é a realidade, e depois, com a saída do convênio da UNIMED, ela foi praticamente sustentada pelo SUS e apresentou esse déficit, que conhecemos e que ronda alguns milhões. É preciso sabedoria, discernimento e paciência, é preciso saber o que faremos com nossa cidade, em termos de saúde pública, nos próximos anos, a atenção básica, a atenção especializada e a atenção hospitalar, sendo elas primordiais, que a sociedade, assim como discutiu sobre o projeto, depois de hoje, não deixe



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de discutir sobre qual saúde pública nós queremos e onde queremos chegar. Depois de muita reflexão, depois de ouvir as opiniões de técnicos, depois de meditar sobre esse momento, que vivemos, entendo, que não é apropriado o início da construção do hospital municipal, haja vista essas circunstâncias jurídicas, devido a Santa Casa ser um patrimônio da sociedade mogimiriana e esta não ter entendido seu papel, na Santa Casa, e no não entendimento sobre o hospital, porque acredito, que o prefeito municipal veio com uma ideia, para tirar a grande crise, que vivíamos, antes da intervenção, que era a falta de atendimento hospitalar para a cidade, e a sociedade precisa continuar com essa discussão. Peço ao prefeito que, se não aprovado esse projeto, que essa discussão continue, pois não sou contra o hospital municipal, um futuro hospital municipal, seja ele regional, seja um complementar à Santa Casa, mas, particularmente, meu voto não é para o início, nesse momento, para a construção, devido aos fatos já elencados. Obrigado”. Com a palavra, Vereador André Albejante Mazon: “Me preocupa muito, nesse projeto, para o qual também sou contrário, como Vereador Gérson Rossi. As intenções de nosso Prefeito Carlos Nelson Bueno, para com a Santa Casa, e parece-me, que ele fará de tudo, para ter um hospital municipal nessa cidade, mesmo não aprovando, hoje, esse projeto. Agora, no dia 30, a provedoria, a Irmandade da Santa Casa recebeu um telegrama da Caixa Econômica Federal, constando, que o prefeito cessará de pagar os 500 mil reais descontados da verba Maque, ele foi a Brasília e parará de pagar. Vamos somar isto, com o Convênio 799, com a DRS, que por conta da intervenção, que também, a partir do dia 30 de abril, foi revogado, vamos somar isso ao Pró-Santa Casa, que também, por conta da intervenção, que a Santa Casa corre o risco de perder. Até que ponto essa intervenção é boa? Onde vamos chegar com essa intervenção da Santa Casa? O prefeito continua usando a intervenção para quebrar a Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, plantando o caos na saúde pública dessa cidade, para que, futuramente, ele faça o hospital municipal. Ele está quebrando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a Santa Casa, está terminando de jogar a última pá de cal, em cima dela, com essa intervenção, e dizia tanto sobre a gestão da Santa Casa, mas ele mesmo não consegue cumprir, com os pagamentos, que ela e senhor Milton Bonatti, com toda incompetência, como ele diz, pagavam, porque Milton Bonatti e a Irmandade estavam pagando esses valores e os interventores não estão. Considerando que isso aumentou e muito no faturamento da Santa Casa, depois da intervenção, porque entra dinheiro, dentro da Santa Casa, de serviços municipais, que ele não mandava para ela e, agora, está, tivemos um aumento de recitas, porque a Santa Casa está trabalhando mais, recebendo, em dia, do prefeito, e mesmo assim, essa gestão incompetente dá calote na Caixa Econômica Federal, e vem me falar, que gerirá um hospital municipal? Só louco não consegue enxergar a inviabilidade disso, com perdão a quem votará favorável, mas, ou tem que estar no bolso do prefeito, ou tem que ser muito louco”._Com a palavra, Vereador Luís Roberto Tavares: “Boa noite, senhor presidente, vereadores da Mesa, senhores vereadores, vereadoras, público presente, pessoal da internet, imprensa, boa noite a todos. Estou aqui, há alguns anos, e a qualquer momento, que, supostamente, chegasse, nesta Casa de Leis, um projeto, solicitando nossa permissão, aprovação para incluir, no PPA, esse valor, para a construção de um hospital público municipal, eu votaria a favor, a qualquer momento, desde o dia em que me tornei vereador, porém, jamais imaginaria, que eu subiria aqui e diria, que votaria contra, mas momentos são momentos. Ouvi Vereador Gérson Rossi dizer, que neste momento não, desde o início, quando o prefeito colocou esse projeto, que ele começou a falar em audiência pública, e bem antes desta, fui um dos primeiros vereadores a me manifestar, publicamente, dizendo que sou contrário a essa ideia, nesse momento. Pode ser que, amanhã, ou nos outros próximos anos, pode ser que eu mude de ideia, mas, hoje, não. Deixei claro, na audiência pública, e até Carlos Nelson falou, que minhas palavras foram ditas, não politicamente, mas, sabiamente, e como eu disse, assinaremos um “cheque em



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

branco”, porque a liberação é um pedido de hospital, em branco, não existe um projeto arquitetônico, não existe nada, fazendo com que, a cada vez que se discuta, mais e mais, meu voto fica mais transparente, e é não. O que eu queria dizer para a população de Mogi Mirim era isso, que estou justificando meu voto, não estou apenas votando, porque será nominal, eu não assinarei um “cheque, em branco” e como diz Vereador André Mazon, eu não jogarei a “última pá de cal”. Ajudar a Santa Casa, que não será votada, hoje, mas diretamente, sim, temos que lutar pela Santa Casa e, nesse momento, devemos deixar o projeto de lado e “vestir a camisa”, ela é de 06 de abril de 1867, são 152 anos de história, os quais precisamos preservar, assim, justifico meu voto. Por último, não é apenas dizer não, mas sim, dar a solução, e, hoje, a solução viável é a parceria público privada e a única coisa, que o município gastará, será com o terreno, porque, na parceria público-privada, o município dá o terreno, o local e assim, pode-se fazer uma parceria, que será do município, em 30 anos. Isso é sabedoria e trabalhar, com boa fé. Boa noite a todos”. Com a palavra, Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães: “Senhor presidente, senhores membros da Mesa, caros senhores vereadores e público presente, boa noite. Primeiramente, discursarei, mas não, politicamente, discursarei sobre a visão, que tenho, de futuro, e arremeto-me 30 anos atrás, para falar sobre o hospital municipal para Mogi Mirim. Nesses 30 anos, vi mães, sendo socorridas pelo Hospital Municipal de Itapira; nesses 30 anos, vi mogimirianos perambulando pelas adjacências, indo, para Mogi Guaçu, para lá receberem atendimento. Disseram, agora há pouco, com todo respeito, que tenho, pelas pessoas, que discursaram aqui, disseram que o hospital municipal traz somente prejuízos, mas, pergunto: é para dar lucros? Eu não conheço nenhum que dá lucro, mas conheço hospitais municipais, que atendem à população, e é assim, tudo que entra, com fulcro, na política, transforma-se numa confusão imensa. Certo, um ano e meio, mas daqui a um ano e meio virão eleições e as vaidades estão se afluando, vemos,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

nitidamente, o que já está acontecendo, mas digo a todos, que me ouvem, votarei a favor do PPA, voto, incondicionalmente, a favor do hospital, porque sei o que acontecerá, no futuro, se dermos sorte de termos um prefeito íntegro e honesto, e se dermos azar, acontecerá o que aconteceu no mandato passado, a população nem reclamava mais, porque sabia, que nada iria adiantar, e não é culpa do atual administrador de Mogi Mirim, que pessoas que administraram a Santa Casa tenham dilapidado todo seu patrimônio e todo seu caixa. Quem criou essa edível incomensurável? Não foi a administração atual, pelo contrário, ela colocou a casa, em dia, e está com 10 milhões, no caixa, pavimentando todas as ruas de Mogi Mirim, e alguém, algum dia, terá de dar o “pontapé inicial” nesse hospital. Digo aos senhores, serão responsáveis aqueles que são contra, porque, se você quer uma casa, você tem que começar a construir uma casa, caso você queria uma moradia, de uma forma, ou de outra. Não adianta as pessoas virem aqui, com argumentos, de que a Santa Casa se levantará, ela não se levanta e provamos isso, financeiramente, para qualquer um que queira, o prédio da Santa Casa é muito antigo, hoje, o mundo evoluiu e precisamos de novas tecnologias. Mais de 75% da população não têm plano de assistência médica particular, todos terão que ir para a assistência médica pública, se terminará, neste mandato, ou não, que comece agora, para que tenhamos um porto seguro, no caso de novo destempero, como o que deu na Santa Casa. Só para vocês terem ideia, o que vereador recebe de ligação da população, porque ela não tem atendimento, e a unidade de pronto atendimento virou pronto socorro, e para que os senhores saibam, a Santa Casa está atendendo, agora, porque estão elogiando, está sim, uma correria, mas estão atendendo a população e estão internando e quero que alguém prove o contrário aqui, porque estamos acompanhando. Qualquer vereador desta Casa poderá fazer um requerimento, para fiscalizar as contas do hospital municipal, porém, e a Santa Casa? Eu fiz requerimento, cheguei lá, para verificar as contas da Santa Casa, mas nem o mais exímio e perito contador consegue ver aquilo, porque



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

coloca-se um mundo de papel sobre as mesas e não se consegue chegar, nos números, tanto é, que não sou eu quem está falando e sim, o Tribunal de Contas e desde 2013, para cá. A Santa Casa está com enormes problemas, dentro do Tribunal de Contas, e voltaremos depois, da intervenção, mandar dinheiro do SUS, para a Santa Casa, para essas administrações, que estiveram lá e dilapidaram todinho o caixa da Santa Casa e ela não é do povo de Mogi Mirim, ela é sim, uma instituição privada. Não contem essa mentira, para o povo de Mogi Mirim, porque faz mais de 30 anos, que o povo sofre, pessoas, que estavam morrendo lá, que chegavam, em um dia e, no outro, estavam sendo mandadas embora, para casa, e alguém falecia, em casa. Não estou preocupado, nem um pouco, com o Executivo Municipal, só digo o seguinte: farei uma carta e a registrarei, em cartório, porque o futuro nos dirá, quando o povo de Mogi Mirim começar a bater nas portas da Santa Casa e não for atendido e perguntarem o porquê de Mogi Mirim não tem um hospital municipal, e por que o povo tem que ir, novamente, para Itapira, ou por que as pessoas terão que dar, novamente, o endereço de Mogi Guaçu, para receber atendimento lá. O Hospital Municipal de Mogi Guaçu dá prejuízo? Dá, mas atende à população, assim como o Hospital Municipal de Itapira, mas atende à população. Se alguém disser, sou candidato a vereador, nas próximas eleições, mas não estou preocupado, com quem será prefeito – não estou cabalando votos, desde já, para candidatura de prefeito, falo sobre aquilo que vejo e que sinto, ao andar por Mogi Mirim e ao receber ligações de pessoas, pedindo para conseguirem atendimento médico. Tomara que, se esse hospital não acontecer em Mogi Mirim, que a intervenção dure 20 anos também, pois apenas assim não haverá mais ladrões roubando dinheiro dos cofres da Santa Casa, e essa dívida só existe, porque eles criaram. É isso aí, senhor presidente, muito obrigado”. Com a palavra, Vereador Cristiano Gaioto: “Boa noite, senhor presidente, nobres pares e público presente. Desde o início de meu mandato, se vocês pegarem as gravações, verão que eu falava que era uma



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vergonha Mogi Mirim não ter um hospital. O projeto chegou a esta Casa. Como sou presidente da Comissão de Finanças e Orçamentos, analisamos e ele estava apto a ser apreciado, pelos nobres pares, e, como disse Vereador Gérson Rossi, é um projeto muito amplo e a discussão precisa ser maior e mais participativa, principalmente por parte da população, porque vi, na audiência pública. Foram alguns opositores, que são candidatos, o pessoal da linha do prefeito e alguns munícipes, sim, assim como há vários munícipes aqui, hoje, e vários ex-vereadores, e acho louvável, senhor presidente, que eles se preocupem. Hoje, avistei 4 deles: Mauro Nunes, Luizinho, Ernani e Leonardo Zaniboni. É importante colocarmos em discussão o assunto sobre o hospital, hoje, serei contrário à colocação no PPA, mas sou a favor do hospital municipal. Acho, que essa discussão do prefeito... e discordo de alguns, que dizem ser algo eleitoreiro, pois o prefeito achou necessário, pelo menos, na conversa que ele teve comigo e com alguns outros vereadores. O hospital é necessário, mas é preciso, que discutamos melhor sobre o assunto, que nesse momento precisa continuar, porque é preocupante. Doutor Benedito esteve aqui, nosso diretor regional, dizendo, que a situação da Santa Casa é preocupante, ele não expôs sua opinião, não disse para votarmos contra, ou a favor, porque não é ele quem decide. Somos nós. Fomos eleitos para isso, os 17 vereadores definirão isto e precisa acontecer. É preocupante a Santa Casa não abrir as contas para nós. Qual a autonomia dos vereadores sobre ela? Nenhuma. Nós não temos autonomia, na Santa Casa, ela faz sim, um serviço para o povo, mas ela não é do povo, nem da Câmara Municipal. Todas às vezes, que fiz alguma objeção para a Santa Casa, não obtive respostas concretas. Muitos falam, que há uma dívida de 50, 60, 40, 30 mi e que a dívida está aumentando. O próprio diretor falou sobre e disse, que a situação da Santa Casa é preocupante, ela perdeu verbas estaduais e verbas, as quais ela recebia, não recebe mais, nem verba federal conseguimos mandar para a Santa Casa, pela falta de certidões negativas de débitos. Várias emendas voltaram e, se não me



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

engano, a do Vereador André Mazon, que conseguiu, em Brasília, assim como, a do Vereador Tiago Costa, Vereador Samuel Nogueira, vários, que foram a Brasília, para protocolaram e pedirem, e conseguiram a verba, mas a Santa Casa não pode receber, porque não tem certidão. Que hospital é esse? É o que teremos, para o futuro de nossos filhos e nossos netos?! Nessa discussão sobre o hospital, surgiram várias ideias boas, a parceria-público-privada é ótima. Hoje é o que está na moda. Sobre um hospital regional, Doutor Benedito nos disse, que nossa região é a que menos manda pacientes para as outras regiões, ou seja, é uma das melhores, em atendimentos, por isso que nossa região de São João da Boa Vista, a Diretoria Regional de Saúde, nós não temos hospital municipal, mas podemos pleitear isso. Temos aqui, vereadores muito ligados aos deputados, que, hoje, são bancada: o meu partido, PP, e o Democratas, ao qual sou muito ligado, são da base de João Dória; o PSDB, do Vereador Alexandre Cintra e do Vereador Fábio Mota também; o PSD, do Vereador Jorge Setoguchi e do Vereador Orivaldo Magalhães também, fora outros partidos, tais como, o PSB, que não é da base, mas vimos, como o deputado Barros Munhoz está ligado, com o governador, e vimos, que foram liberados, nesse último mês, 1 milhão de reais, para Itapira. Vamos usar nossa influência, com os deputados, se quisermos conseguir esse feito, saíamos do microfone, vamos para São Paulo, liguemos, para os deputados, marquemos reuniões aqui, na Câmara Municipal, e, pelo amor de Deus, meu povo, vamos participar! Hoje, votaremos um PPA e era para este lugar estar lotado. Com a audiência pública de nosso nobre Vereador Geraldo Bertanha, com sua nobre iniciativa, realizou a audiência, mas ela não teve a participação, que eu considerava, e sem as respostas concretas, que queríamos, mas acho louvável a ideia do prefeito, em fazer e colocar esse PPA, mas, no momento, meu voto é para cessar e não dar continuidade a ele. Obrigado senhor presidente”. Com a palavra, o Vereador Geraldo Vicente Bertanha: “Boa noite, senhor presidente, colegas da Mesa, senhoras vereadoras,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

senhores vereadores, internautas, imprensa, público presente, servidores públicos presentes. Quero começar minha fala, dizendo que, o que discutimos, hoje, é constitucional, não há nada de errado e não estamos fazendo nenhuma discussão errada, o prefeito não usou nenhuma prerrogativa errada, para apresentar essa inclusão, no PPA. O Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi Mirim, no Artigo nº 214, que os todos senhores têm: “através de proposição devidamente justificada, o prefeito poderá, a qualquer tempo, propor à Câmara a revisão do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO”, ou seja, segundo o Regimento Interno da Câmara, não tem nada errado, no que estamos fazendo aqui, hoje, está tudo dentro da lei. Eu esperava, para esta sessão, discutirmos sobre uma construção, ou não, de um hospital municipal, achei que nosso tempo disponível seria para isto, até agora, ouvi muita coisa, mas pouca coisa sobre o hospital municipal. Ouvi dizer, que o voto de cada um está sob suspeita, que quem votar contra, está no bolso do prefeito, ou a favor, porque, hoje, em dia, não sabemos mais o que o prefeito quer, se quer, ou não o hospital. Desde que assumi meu cargo, eu peço, e nós, vereadores, precisamos valorizar mais a Câmara, as redes sociais batem demais, no vereador, dizendo, que “vereador não faz nada, só está aqui, para ganhar no fim do mês, ou que ele não trabalha, que não vai durante a semana, ele não se encontra”. Podem ver, nas redes sociais. Depois, vimos aqui, e denegrimos nossa própria imagem. Quer dizer, que o empresário e Vereador Orivaldo Magalhães, que declarou seu voto aqui, ele está no bolso do prefeito, senhores? Alguém acredita nisso? Eu não acredito, pelo homem que eu conheço, que ele é, até que ele me prove o contrário. Começo por aí, senhor presidente, precisamos ter um pouco mais de respeito, por nossos nobres pares, porque não será mais nobre par, será apenas par, que nobreza teremos se estamos engavetados, no bolso, no orçamento, no mensalão?! Temos que discutir sobre hospital municipal, é possível, ou não?! Não coloco a palavra interessante, prioridade, necessidade, não preciso. Eu uso o SUS, minha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

família usa o SUS, quando dito aqui, pelo nobre Vereador Tiago Costa, que o prefeito anunciou, que zeraria a fila das cirurgias eletivas e que, isso não aconteceu, o senhor me desculpe, por discordar, minha esposa será operada da catarata, no final deste mês, ela está esperando há algum tempo. E sabe o porquê de ela operar, agora, no fim do mês? Porque zeraram as filas de cirurgia de cataratas, e como não zerou?! Não temos cirurgias de urologia, isso, dito aqui, na discussão, durante a semana. Por que não temos cirurgias de urologias? Porque os médicos não querem trabalhar para o consórcio, não querem trabalhar no município, por isso não temos urologia na cidade. Pergunto para os senhores, resolve construir um hospital municipal? Faço uma pergunta, que muitas pessoas discordam, por aí, quando digo, para analisarem a quantidade de pessoas que utilizam o hospital e quantas pessoas usam a rede básica. Tive a honra de saber, que o prefeito queria construir um hospital municipal, isto, antes dele anunciar, isso foi, em uma quinta-feira. Presidente Vereador Manoel Palomino estava viajando, eu, representando a Câmara, como presidente, o prefeito me chamou para uma reunião e falou, que tinha uma novidade para contar para mim, inclusive, ele pediu, para que eu não falasse para ninguém, mas, quando saí do gabinete, todos já estavam sabendo, que ele queria construir um hospital municipal. Ele falou isso para mim e eu respondi, que direito ele tinha, pois ele era o prefeito, perguntei, se tinha dinheiro, ele disse, que sim, que tinha dinheiro, terreno, tudo. Depois, veio a notícia, de que seria necessário um empréstimo, de 17 milhões, porque, com 10 milhões, não seria possível construir um hospital municipal. Não quero discutir aqui, sobre a Santa Casa, senhores, e como já falaram, a Santa Casa não é um problema nosso, do vereador. Não. É problema do cidadão sim, do cidadão Geraldo Vicente Bertanha, jornalista, quem me conhece sabe, que é uma preocupação minha, pelas campanhas, que eu faço, em meu programa de rádio, o que eu já fiz e o que continuarei fazendo por ela, todavia, como cidadão. Como vereador, o que eu posso fazer? Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

André Mazon, algumas semanas atrás, anunciou 400 mil reais para a Santa Casa. Ela pode receber? Há um ano e meio estava negociando, para Santa Casa, eu tinha verba liberada, em Brasília, de 2 milhões de reais, alguns amigos meus me alertaram. Minha família não gostou, mas, tinha que tentar, a Rose era Secretária de Saúde, mesmo assim, não conseguimos liberar o dinheiro. Por quê? Porque a Santa Casa não pode receber. Vou lá e uso meu espaço, meu lado profissional, na rádio, faço uma campanha e consigo arrecadar 50 mil reais, para a Santa Casa, em produtos alimentícios, produtos de limpeza, remédios, insumos, e fico sabendo, que a Santa Casa também tem como parceria, um parceiro escuso, fui lá e questionei, porque busquei, junto às pessoas de bem, da cidade, para ajudar a Santa Casa, e vejo, que estão com pessoas escusas, ajudando a Santa Casa. Sabem o que aconteceu comigo? Falei para o provedor da Santa Casa, achei que a conversa fosse, entre ele e eu, mas ele contou para outra pessoa, esta, que vive à margem da sociedade. Eu fui ameaçado de morte, há pessoas aqui, que sabem disto, várias pessoas sabem, eu fui ameaçado de morte! A pessoa ligou para mim e disse: “você cairá amanhã”. Caso eu insistisse em impedir, o que ele fazia com a Santa Casa, mesmo assim, não deixei de ajudar a Santa Casa e, como cidadão, eu a ajudo, mas, como vereador, eu não posso ajudá-la. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros pediu, por esses dias, na praça, para que eu assinasse um abaixo-assinado, e no que isso adiantará? Outro dia, Vereador Tiago Costa fez um trabalho legal, com algumas pessoas, em abraçar a Santa Casa, e o que adiantou abraçá-la daquele jeito? Não gosto de bater no púlpito, mas sabem quem precisa ajudar a Santa Casa? Os senhores empresários, os senhores, que estão na galeria, que são empresários, os senhores devem ajudar a Santa Casa, com apoio da Câmara, apoio. São os senhores que devem ir, amanhã, para as ruas, para resolverem o problema da Santa Casa. Vocês querem discutir sobre a Santa Casa? Nós vamos discutir sobre a Santa Casa depois, hoje, discutiremos sobre o hospital municipal. Vereador Orivaldo Magalhães, como líder



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de governo, dizem, que daqui a 2 anos, pelo menos, é o que se espera, para que haja a intervenção, a Santa Casa fechará, porque a intervenção acabará, daqui a 2 anos, e será, que durante esse tempo, teremos um hospital, para suprir a ausência da Santa Casa? Eu não tenho essa certeza, não sei se serei vereador, em 2021, 2022, 2023 e 2024, e, se houver um hospital municipal, não sei se estarei aqui, para cobrar o prefeito, o Poder Executivo, para que o hospital funcione, não sei se estarei aqui, talvez, como cidadão, mas com força menor. Como podemos definir um voto, que não seja político, mas que seja técnico, quando não se tem a certeza? Conversei, por 3 horas, com o dono, diretor-presidente do Hospital 22 de Outubro. Fomos até Piracicaba, conversamos bastante, com Doutor Benedito, que é diretor da Delegacia Regional de Saúde, fiz aquela audiência e contei com a presença dos senhores e com a presença do Poder Executivo, eu não me convenci. Por quê? Eu sou do tempo, em que, se meu avô construísse um paiol de telhas, no fundo de seu sítio, ele mostrava seu papelzinho, rabiscado de como ele queria construir o paiol dele, mostrando, onde iria o tijolo, o bambu, sapê, e eu sabia, como seria, mas não tenho isso nas mãos, e eu pedi. Surgiu um termo de referência, que é o 22 de Outubro, para o hospital municipal de Mogi Mirim, e ainda brinquei, perguntando, por que não foram em “Pequelândia”, uma cidade imaginária, para pegarem um projeto arquitetônico, de um hospital, que lá, foi construído e trouxeram para cá, para construírem igual, para termos algo palpável, para se imaginar que, daqui a 2 anos, um hospital municipal esteja funcionando. Todavia, do jeito que está, não dá, infelizmente. Não estou preocupado, com eleição, do ano que vem, não estou preocupado, com popularidade, com pesquisa, com redes sociais, estou preocupado sim, em colocar minha cabeça no travesseiro, à noite, e dormir, sabendo que tenho esposa, filhos, netos e bisnetos, que usam o SUS e serão atendidos pela saúde pública, lutarei, para que eles continuem tendo saúde pública, nesse Brasil. Senhor presidente, fomos colocados, em uma “saia justa”, com esse projeto, as redes



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sociais definirão o voto nesta noite, há muito voto que será dado, hoje, aqui, que não é técnico, é um voto político, é um voto das redes sociais, porque, nelas, falam que não querem, e os que se manifestam somente através dela, não estão aqui, poucos estão, na verdade, para discutir conosco e poucos discutiram comigo, pessoalmente, sobre o projeto do hospital municipal. Em minha concepção, o hospital municipal de Mogi Mirim é necessário, mas não é o momento, obrigado, senhor presidente”. Com a palavra, Vereador Cinoê Duzo: “Boa noite a todos. Dia 03 de junho de 2019. É debatido sobre o PPA e, logicamente, o item mais importante, o qual destaco, é o hospital municipal. O hospital municipal, neste momento, não, porque a população pede que a Santa Casa seja reconhecida e valorizada, pela Prefeitura Municipal, e ela é sim, do povo. Temos que respeitar todos os trabalhadores, de lá, e os reconhecer e valorizá-los, nesta crise, todos que lá estão, não “abandonaram o barco”. Meus parabéns a todos vocês, desde o recepcionista, ao atendente, enfermeiro, até o médico, temos que reconhecer o esforço de vocês. Hospital municipal, não. Disseram, que a Santa Casa é antiga, mas porque é competente naquilo que ela faz. Milhares de pessoas, a população de Mogi Mirim nasceu lá. Disseram também, que ela está ultrapassada, que está velha, mas quem está velho e ultrapassado chama-se Carlos Nelson Bueno, se ele se preocupa tanto, em ter hospital municipal, por que ele não o fez, desde 2009, quando esteve à frente à prefeitura? Se ele fizesse e elaborasse o projeto, hoje, teríamos um hospital municipal, mas não, ele está às vésperas da eleição, é um projeto eleitoreiro, sim. Hospital municipal não! Não é o momento, de jeito nenhum! Temos que investir na Santa Casa de Mogi Mirim, e qual é o voto do Vereador Cinoê Duzo? Contra esse projeto absurdo do hospital municipal. Sabem como cheguei a essa conclusão? Ouvindo a população, respeitando também, a imprensa, que fez enquetes, jornais sérios, e os resultados foram: hospital municipal, neste momento, não. Respeito sim, todas as redes sociais, todos os grupos da internet, atrevo-me a citar dois: o Dedo-Duro e o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Acontece. Há também vários grupos, na internet, e parabéns a vocês, porque, através desse canal importantíssimo, ouviram a população. Para quem duvida da internet e de seu poder, ela é quem elegeu, sim, o último presidente. A Santa Casa é do povo, sim! Eu estou com a Santa Casa, todo tempo, desde o início, desde que abordaram esse assunto aqui, não fiquei “pulando muro”, aliás, em cima do muro, uma palavra só: é morno, aqui, ou é frio, ou é quente, morno não existe. Temos que valorizar a Santa Casa e reconhecê-la, porque ela é do povo. Já abro meu voto, aqui: sou contra o hospital municipal e a favor da Santa Casa. Sempre tive a clareza, daquilo que votaria, por isso, não preciso dar meia volta, justificando. Votarei, com a vontade do povo, e a vontade do povo é que a Santa Casa continue. A todos vocês da Santa Casa, meu carinho e respeito, Deus os abençoe. Ótima noite, para vocês. Quero deixar bem claro: hospital municipal, não! Santa Casa, sim!”. Com a palavra, Vereador Samuel Nogueira Cavalcante: “Boa noite, senhor presidente, boa noite, vereadores, público presente, imprensa, internautas, boa noite. É um assunto muito difícil para se tratar, ouvi todos os vereadores, com discursos muito bem elaborados. Vereador Orivaldo Magalhães discursando, eu concordo, plenamente, com o senhor, pois a cidade precisa de mais um hospital, é evidente, tínhamos 10 mil habitantes, ou menos, quando construíram a Santa Casa, hoje, temos quase 100 mil habitantes, em Mogi Mirim. Mas a discussão maior não é a construção, ou não, do hospital. O que acontece é muito simples, a cidade rejeitou o prefeito, não aceita mais Carlos Nelson, não é que a cidade não aceite mais um hospital, a cidade aceita e precisa, mas a rejeição é ao prefeito e nada, que vier dele, será aceito, é o fim, acabou, nem que ele queira pintar de ouro o hospital, o povo não quer mais, rejeição total. É muito difícil, para mim, vir até aqui e dizer, que votarei contra um hospital. Sou morador da Zona Leste, sei a falta que faz um hospital público, não temos que parar a Santa Casa, para fazer um hospital, não, precisamos da Santa Casa funcionando, precisamos de mais um hospital, em funcionamento, mas a população não aceita mais o prefeito. A



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

população precisa de um hospital, mas rejeita seu gestor, não existe ferramenta, a qual ele possa usar, para reverter sua impopularidade. E vocês pensam, que é fácil vir até aqui, e votar contra a construção de um hospital? Não é, para mim, beira o absurdo, é muito difícil. Fomos eleitos, pelo povo, não podemos nos curvar, e como meu pai diz: “quem muito se abaixa, acaba mostrando o que não deve”. Dói, no meu coração, o atraso da construção de um hospital, dói, porque eu sei, que a cidade precisa, sei, que o prédio da Santa Casa é obsoleto. Minha companheira é médica e conheço quase todos os hospitais da região, sei que a Santa Casa é obsoleta, sei também, que faltam equipamentos modernos, que há portas, pelas quais não se passa uma maca, nós sabemos, mas foram dois anos de desprezo, para com a população. Lembro-me, Vereadora Maria Helena, que a senhora como líder de governo, tentou emplacar um governo fraco, de articulação fraca, de projetos fracos, a resposta se dará hoje, a população rejeitou o governo, pode asfaltar o Parque das Laranjeiras, fazer o que quiser, mas acabou, ele teve todas as oportunidades a trabalhar, em conjunto, com esta Casa, isso foi desprezado, o povo de Mogi Mirim foi desprezado, e como recuperar isso? Como resgatar? É impossível. Que Deus permita, que o próximo prefeito construa um hospital, minha vontade era de votar a favor, mas não posso, sou impedido de votar a favor, pela população mogimiriana, que rejeitou esse governo. Boa noite”. Finda a discussão da matéria, o Sr. Presidente deu início à votação, pelo processo Nominal e, para isso, solicitou ao Sr. 1º Secretário que procedesse a chamada dos vereadores, “ex-vi” do disposto no Artigo 183, § 2º, do Regimento Interno, os quais, um a um, dirigiram-se à tribuna e verbalizaram, favoravelmente (SIM), ao projeto, ou contrariamente (NÃO), ao projeto. Após o último Vereador, o Sr. 1º Secretário proclamou o seguinte resultado: os Vereadores Alexandre Cintra, André Albejante Mazon, Cinoê Duzo, Cristiano Gaioto, Geraldo Vicente Bertanha, Gérson Luiz Rossi Júnior, Jorge Setoguchi, Luís Roberto Tavares, Marcos Antônio Franco, Maria Helena Scudeler de Barros,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Moacir Genuario, Samuel Nogueira Cavalcante, Sônia Regina Rodrigues e Tiago César Costa votaram NÃO; os vereadores Fábio de Jesus Mota e Orivaldo Aparecido Magalhães votaram SIM; (submetido a votos, pelo processo Nominal, em Sessão de hoje, a Câmara rejeitou, por quatorze (14) votos favoráveis a dois (02) votos contrários, Primeiro (1º) Turno, o Projeto de Lei nº 29/2019, do Sr. Prefeito Municipal); (arquite-se; comunique-se ao Chefe do Executivo a decisão da Câmara). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Todavia, *Questão de Ordem*, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, para solicitar, em respeito ao falecimento do Vereador Luiz Roberto Souza Leite, o "Chupeta", a compreensão dos pares, para que declinassem seus discursos, em "Explicação Pessoal", pedido este, que foi submetido ao plenário, pelo senhor Presidente, e aprovado, pela unanimidade da Câmara. Ato contínuo, o Presidente comunicou, que a Missa de Sétimo Dia, do vereador falecido, estava agendada para terça-feira, às 19 horas, na Matriz de São Benedito. Finda a "Explicação Pessoal", o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso **MINUTO DE SILÊNCIO** pelo passamento dos senhores *Rosa Maria Tozini, Ana Cláudia Barbosa de Campos Bento, nobre edil Luiz Roberto de Souza Leite, "Chupeta", Michele Carina Rosa do Prado, Marcos Antônio Peres do Amaral*, falecidos, recentemente. Nada mais a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h04 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.